

2

A derivação sufixal no português por diferentes abordagens

Neste capítulo, faz-se uma análise dos processos de formação derivacional, por meio de sufixos, de nomes e de verbos no português brasileiro contemporâneo, conforme as variadas abordagens de gramáticos normativistas como Cunha & Cintra, Bechara e Said Ali; ou de estruturalistas como Mattoso Câmara Jr. e Monteiro. Também se analisa, com Coutinho, Silva Neto, J.J. Nunes e Said Ali, a perspectiva histórica de formação de verbos no português; quanto aos gerativistas, a análise se prende fundamentalmente a Basilio e Rocha, seguidos por Rio-Torto e Villalva.

2.1

A abordagem tradicionalista

Seguindo a tradição greco-latina, a gramática tradicional classifica as partes do discurso em classes de palavras, em torno das quais gravitam as funções sintáticas. Dessas classes de palavras, duas são primordiais para a sintaxe: o substantivo e o verbo.

Sabe-se, contudo, que a gramática normativa busca dar mostras do ‘bom’ discurso nos ‘bons’ escritos literários (o cânone), dar rol de afixos e de radicais gregos e latinos existentes na língua sem, contudo, se preocupar nem com a produtividade, nem com os processos de formação do léxico.

Tem-se, então, uma visão estática da língua, como produto semi-acabado e, por isso, sujeita a poucas variações.

Ao tratar da formação de palavras no português, os estudiosos da língua dizem haver dois processos bastante profícuos: a derivação e a composição.

Da derivação, pode-se dizer que é o processo pelo qual, de um nome já existente na língua, se origina outro por meio de acréscimo de morfemas derivacionais chamados de afixos, que podem ser prefixos ou sufixos acrescentados a um radical livre e, com menos frequência, a um radical preso. Quanto à

composição, restringe-se ela aos processos de adjunção de radicais livres, ou presos, em processos de aglutinação ou de composição de radicais, que darão origem a um terceiro radical livre (CUNHA & CINTRA, p. 104-105).

Depreende-se que há, na composição do vocábulo, um radical primário, indecomponível, que se repete em outros vocábulos cognatos, ao qual se acrescenta uma vogal temática nominal ou verbal e que, juntos, radical e vogal temática formam o tema.

Entretanto, para se compreender o processo de formação de palavras por meio de afixos, faz-se necessário o entendimento das partes que compõem um vocábulo.

Os normativistas dissecam o vocábulo em uma parte invariável chamada de radical, em vogal temática, em desinência de gênero e de número para os nomes e, para os verbos, estrutura-se a análise em radical, em vogal temática e em desinências de infinitivo, de modo-tempo e número pessoa. Para ambos, nomes e verbos, afirmam que a junção do radical com a vogal temática forma o tema nominal ou verbal.

Via de regra, para a tradição gramatical a função da vogal temática é a de preparar o radical do nome para receber, além das desinências de gênero/número, os sufixos derivacionais. À vogal temática também compete a classificação dos nomes em temáticos *-a, -e, -o*, de vogais átonas, e atemáticos de terminação em vogal tônica, ou de terminação em consoante como *-r, -s, -z, -l* e sons nasais, o que vai gerar, para esses nomes, regras próprias de acréscimo de desinências de gênero e número e de acréscimo de sufixos derivacionais.

Quanto às desinências flexionais de modo-tempo e número-pessoa, restringem-se aos verbos, e à vogal temática cabe a classificação deles em três conjugações prototípicas *-ar, -er, -ir*, de vogais tônicas na forma infinita.

Seguindo a tradição quanto à terminologia, a sufixação pode-se dar de forma mediata ou imediata. Fala-se que é imediata quando o sufixo se adjunge ao radical, já desprovido da vogal temática, ou mediata quando elemento mórfico se coloca entre o radical e as desinências de gênero/número ou mesmo entre o radical e as desinências flexionais (SAID ALI, p.247).

Dessarte, têm-se regras de acréscimo sufixal com a supressão da vogal temática e o acréscimo imediato do sufixo, como ocorre em *livro/ livr-/ livrinho*, ou como em *luz/ luzes* em que a desinência de número *-s* se agrega ao radical

atemático de forma mediata uma vez o surgimento, entre a base atemática *luz* e a desinência de número *-s*, de uma vogal temática latente aos inúmeros vocábulos atemáticos do português, o *-e*, quando tais vocábulos se flexionam em número: *colher/ colheres*; *mês/ meses*, dentre outros.

Para os verbos, acréscimo sufixal mediato seria, p.ex., *gotejar*, em que ocorre a junção do elemento mórfico *-ej* entre a base do nome *gota* e a desinência de infinitivo *-ar* a verbos repetitivos, cabendo ao acréscimo imediato ser processado com a supressão da vogal temática nominal e o acréscimo da vogal temática verbal acrescida da desinência *-r* de infinitivo ao nome base de origem do verbo: *olho/ olhar*.

Observe-se que, por tal colocação, a de que *-ej* é elemento mórfico que se acresce ao radical, poder-se-ia ter, nesse processo de formação, dois sufixos: um, que daria ao novo verbo carga semântica de significação, e outro, o verbal propriamente dito, com a vogal temática acrescida da desinência de infinitivo *-ar*, que inseriria o novo verbo nos processos de flexão verbal.

Entretanto, Cunha & Cintra (p.100) sugerem que, nesses casos, o verbo tem uma forma derivada e por isso estendida, à qual se liga o sufixo *-ar* pois, “ a terminação *-ar*, já o sabemos, é acrescida da vogal temática *-a*, característica dos verbos da 1ª conjugação, e do sufixo *-r*, do infinitivo impessoal” (p.99).

Dessa forma derivada, ou radical estendido, pode-se dizer que remonta aos processos de afixação da língua latina, e, portanto, à diacronia da língua portuguesa, que não é o objeto desta dissertação.

Sintetizando, tanto para Cunha & Cintra e Bechara, quanto para Said Ali, os afixos necessitam de um radical ao qual se agregar para formarem um novo vocábulo e, muitas vezes, tais acréscimos fazem com que o novo vocábulo seja de classe gramatical diferente daquele que lhe deu origem.

Se ao prefixo cabe dar uma nova coloração semântica a um velho vocábulo, ao sufixo compete criar um outro vocábulo morfologicamente distinto do primeiro, que pode ou não mudar de classe gramatical, embora guardando, com aquele, proximidade de significado. E todos afirmam que há sufixos verbais e sufixos nominais, e que ambos, nome e verbo, possuem vogal temática, e, embora havendo, no singular, ausência de vogal temática em alguns nomes, ela é latente (*-e*) e surge quando se pluraliza o nome.

2.2

A abordagem estruturalista

Consoante Saussure (2000), o signo lingüístico é arbitrário e imotivado, e pode-se dizer que tais afirmações se relacionam, em tese, a bases livres, ditas primitivas, pois delas podem-se formar novas bases, motivadas, que guardarão, com a antiga base, afinidade de radical e significação. Dessarte, na base livre e primitiva *dente*, temos o radical *dent-*, invariável, do qual se podem derivar, por meio de afixos, outros vocábulos como, p.ex., *dent-ista*; *dent-inho*.

Para Câmara Jr., (1984: 44) os sufixos, que pertencem à classe mórfica dos afixos, são morfemas aditivos que têm significação própria, pois podem determinar não só o gênero, como também a condição sintática do novo vocábulo a que se agregaram. Vejam-se os exemplos:

(1) mulher/ *mulherão*

(2) *veloz*/ *velozmente*

Em (1), do nome substantivo *mulher*, de gênero feminino, tem-se outro nome substantivo, por sufixação, de gênero masculino, *mulherão*. Já em (2), de um nome adjetivo, que se flexiona em número, derivou-se um outro, de caráter adverbial e invariável, com o acréscimo do sufixo adverbializador *-mente*. Por acréscimo de sufixos houve, no primeiro, mudança de gênero, e no segundo, mudança de classe gramatical.

O autor (p. 72-78, 81,86) diz serem três os critérios de classificação de um vocábulo formal de uma dada língua: (i) o semântico, (ii) o mórfico e (iii) o funcional, em que a posição da forma é fator de distinção entre nome e verbo haja vista ao primeiro deles, o nome, ser possível o acréscimo de sufixos flexionais de gênero e número, nessa ordem, e, ao último, os de modo-tempo/ número-pessoa.

Ao analisar a estrutura do vocábulo, os estruturalistas depreendem dele os seus morfemas, ou seja, as suas formas mínimas e os classificam: *bel/ -o/ -s*, em que *bel* é radical, *-o* é vogal temática e *-s* é desinência de número. O somatório do radical com a vogal temática forma o tema *belo*, “uma complexidade da

língua portuguesa, que prolonga a tradição latina”, segundo Câmara Jr.(p.86). O mesmo vale para a análise dos verbos.

Postos os fatos, pode-se dizer que o morfema *-a* tanto pode ser (i) morfema lexical, como ocorre em *blogar*, em que a vogal temática verbal *-a* é acrescida de modo imediato à base inglesa *blog*, juntamente com a desinência de infinitivo *-r* para produzir um novo vocábulo no português, o verbo *blogar*; (ii) quanto ser designador da desinência de gênero: *loba* em oposição a *lobo*, nome temático em *-o*.

Na abordagem estruturalista, o nome derivado se apresenta assim:

$$N = T (R + (VT) + SfDeriv$$

em que N é a representação de nomes temáticos e atemáticos, e que para ambos os nomes, temáticos ou atemáticos, existe a possibilidade de acréscimo de sufixos derivacionais.

Nos nomes atemáticos, percebe-se a presença de um morfema zero (\emptyset) entre o radical e o sufixo derivacional. Para Câmara Jr. (p.171), morfema zero é a ausência de qualquer morfema aditivo, como, p. ex., no par *lua* \emptyset / *luas*, em que *-s* é morfema aditivo marcador de número em oposição ao singular, desprovido de qualquer adição.

Observando-se a estrutura do nome, pode-se ver que, em (a), por ser nome temático, a vogal temática é suprimida, deixando o radical livre para a adjunção de sufixo derivacional e, pela inexistência dela, o sufixo derivacional se adjunge diretamente ao radical não temático.

Quanto ao uso dos sufixos flexionais, tal uso não é aleatório, haja vista obrigar a concordância de gênero e de número entre nome determinante e determinado, além de obrigar a concordância entre nome e verbo.

Posto isso, e à guisa de exemplo, em português padrão fala-se ‘os meninos vieram da feira’, em que se operam a concordância morfológica de gênero e de número entre artigo e substantivo (*os/ meninos*) e a concordância sintática entre o substantivo sujeito plural *meninos* com o verbo plural *vieram*.

Por serem os sufixos flexionais pertencentes a uma classe fechada de morfemas que só operam em determinados contextos como marcadores de modo/ tempo e número/ pessoa para verbos, e de gênero e número para nomes, são eles

em pequeno número no português, ficando para os sufixos derivacionais, que pertencem a uma classe aberta, o poderem se associar a bases livres dando, como resultado, um novo vocábulo, que pode ou não mudar de classe gramatical.

Câmara Jr. assevera que (1984: 78) tanto o nome quanto o verbo têm intrínseca afinidade com o mundo do falante, seja sob o aspecto estático ou sob o dinâmico, em que o radical do nome faz referência a um ser, e o do verbo, a um “ponto de partida do processo que designa”.

Essa percepção de Câmara Jr. pode-se aplicar aos processos de nominalização de verbos, que são uma constante na língua portuguesa, e uma vez o verbo nominalizado, haverá, em princípio, entre nome e verbo, estreita correlação não só de significado mas também de estrutura argumental:

(3) nomear/ nomeação

em que *nomear* é ato verbal dinâmico, com estrutura argumental de sujeito e de complemento sintaticamente marcados, enquanto *nomeação* é ato de nomear, sem, contudo, ser núcleo verbal. Tem-se, então:

(4) o governador *nomeou* o secretariado

(5) a *nomeação* do secretariado

Percebe-se que em (4), o verbo *nomear* tem um sujeito, que pratica a ação de nomear que, por sua vez, necessita de um complemento, chamado objeto direto na GT. Assim, tem-se como sujeito do ato verbal *o governador*, sendo o núcleo do predicado verbal o verbo de ação *nomeou* e, por fim, o complemento do verbo, *o secretariado*.

Em contrapartida, em (5), o verbo se nominalizou em *nomeação* e, dessarte, o nome derivado do verbo passa a ser não o núcleo do predicado, mas o núcleo do sujeito e terá, por sua vez, um complemento, ao qual a GT chama de complemento nominal *do secretariado*.

Ao tratar de morfemas aditivos, Monteiro, (p. 34) diz que a raiz de um vocábulo “pode produzir um conjunto de palavras aparentadas pelo sentido, desde que a ela sejam acrescentados outros elementos. Esses são os morfemas aditivos, mais conhecidos por afixos”.

Em sendo assim, cabe aos morfemas aditivos dar expansão ao léxico, pois a um vocábulo já existente na língua, concreto ou abstrato, podem-se adjungir inúmeros afixos nominais ou mesmo verbais:

(6) *tampa/ tampas/ tampar/ destampar/ (des-) tampamento(-s)*

em que do nome *tampa* tem-se, por adição de morfemas derivacionais, pelo menos outros 6, guardando todos, com o radical do nome derivante, proximidade de referencial do mundo biossocial do falante.

De *tampa*, nome referente a objeto concreto existente no léxico da língua portuguesa, pode-se fazer referência a mais de um desse mesmo objeto com o acréscimo da desinência de número *-s*. Entretanto, com o acréscimo do sufixo verbal *-ar* ao radical *tamp*, tem-se o verbo *tampar*, que é pôr tampa em; ou a nominalização do verbo *tampar* com o acréscimo do sufixo *-mento*. E, por fim, com o acréscimo do prefixo *des-*, surge um novo verbo cujo significado é o de tirar a tampa de.

Essa tradição morfológica de atribuir uma vogal temática a um nome remonta ao latim, língua flexional que classificava o seu quadro morfológico nominal em paradigmas flexionais, ou seja, pertenciam à 1ª declinação os nomes de tema em *-a*, no geral femininos; à segunda declinação, os de tema em *-ŭ/-o*, na sua grande maioria masculinos e, já na fala, havia migração dos nomes de 4ª declinação para a 2ª pela similaridade do tema de ambas; e à 3ª, pertenciam os nomes temáticos em *-ĭ/-e*, para ela migrando os poucos nomes de 5ª declinação.

Quanto ao paradigma verbal da língua portuguesa, temos três conjugações herdadas do latim vulgar, cujos infinitivos *-are, -ere, -ire* são, em português, *-ar, -er, -ir*, com as mesmas vogais temáticas tônicas do latim: *-a, -e, -i*.

Concluindo, os verbos portugueses são sempre temáticos, mesmo os anômalos como *ser/ ir*, e a vogal temática os classifica em conjugações, a exemplo do que ocorria no latim, além de lhes preparar o radical para receber flexão.

Em relação aos nomes, se no latim as vogais temáticas tinham por finalidade classificá-los nos paradigmas flexionais nominais das declinações, no português, as vogais temáticas apenas preparam o radical para receber sufixos nominais ou verbais.

2.3

A abordagem histórica

A abordagem diacrônica trabalha com a descrição da língua em diferentes estágios de evolução e não tem como objeto de estudos mostrar como nascem as novas palavras da língua. À diacronia importa o cotejamento de um mesmo vocábulo em períodos diferentes da língua, ou mesmo a comparação desse vocábulo com outro de línguas aparentadas, utilizando-se de regras morfofonêmicas que explicitem os processos de transformação desse vocábulo ao longo do tempo.

Contudo, a língua é organismo vivo que incorpora novos elementos a ela, e muitas vezes se desfaz de antigos por meio do pouco uso que o falante começa a fazer desses elementos (NUNES, p. 356). Assim, a palavra *carraspana*, tão comum nos fins do séc. XIX, dela não se ouve mais falar, a não ser nos livros de literatura. Ou mesmo verbos que se formam para um determinado contexto como, p. ex., *lular*, de Lula, atual presidente do Brasil, em que o uso de tal verbo, no contexto eleitoral, significava aderir à campanha política de Lula à presidência da república.

Do processo de formação de palavras, a afixação é a que mantém maior vitalidade entre os falantes do português, mormente aquela provinda da formação popular, em oposição às de formação literária, e por isso eruditas, e às de importação estrangeira.

Said Ali (p. 229), tal como os normativistas, divide o processo de formação de palavras em derivação e em composição. A derivação ocorre com o acréscimo de sufixos adicionados ao final da palavra, ou de prefixos no início, e é processo fecundo de enriquecimento do vocabulário das línguas.

É certo que o falante pode criar um novo vocábulo do nada. Entretanto, hodiernamente, boa parte das novas lexias são criadas pelos processos de derivação, ou pelos de composição dos vocábulos já existentes na língua, haja vista os novos vocábulos formados com o acréscimo do sufixo verbal/ nominal - *iz*, de origem grega: alfabeto / alfabetizar/ alfabetização.

Todavia, há aqueles vocábulos que, por via estrangeira, e uma vez adaptados à morfologia e à fonética da língua portuguesa, dela passam a fazer

parte, como o vocábulo inglês *club/ clube*, com acréscimo da vogal átona final – *e*, ou mesmo o francês *boîte/ boate* e muitos outros.

Para Coutinho (p.166), a raiz da palavra é a detentora da idéia central e é modificada pelos afixos, que se agregam à raiz e lhe modifica os sentidos. Quanto às desinências, pertencem à flexão e também se agregam ao final da raiz, podendo o próprio sufixo trazer consigo a desinência, e elenca um rol de afixos latinos e gregos que aparecem no português, com seus respectivos significados.

Veja-se, como exemplo, o par nome/ nome:

(7) *ambíguo/ ambigüidade*

em que *ambíguo* é adjetivo e *ambigüidade* é substantivo de gênero feminino pois a característica do sufixo *–(i)dade* é a de formar, de adjetivos, nomes substantivos de gênero feminino.

Para os historicistas, o léxico teria uma lista primitiva de radicais, com seus respectivos significados, aos quais se podem adjungir afixos nominais ou verbais e, desses radicais já existentes, outros podem ser formados por derivação. Paralelamente a esse processo de formação derivacional por afixos, o falante de português também pode se socorrer de dois vocábulos, ou mais, para, da junção dos dois, ter um outro, composto, como ocorre em *beija-flor*, nome de pássaro que, por ter o hábito de pôr o longo e fino bico na flor para lhe extrair o néctar, leva esse nome.

2.4

A abordagem gerativa

Voltada para a sintaxe da língua e a capacidade do falante em produzir as mais variadas sentenças, a teoria gerativa preconiza um léxico interno, já previamente dominado pelo falante de dada língua que, por ser competente nessa língua, é capaz de realizar novas e até então desconhecidas sentenças, compostas por vocábulos conhecidos ou mesmo criados em dada situação de fala.

Não há que se falar em uma gramática normativa pois a teoria focaliza o falante ideal, que possui uma gramática interna, que conhece, domina e é eficiente no manejo lingüístico dela.

Concomitantemente ao léxico interno, há o externo. O léxico externo é o conjunto de palavras já existentes na língua, e que já se encontram registradas nos dicionários ou mesmo aquelas palavras que aparecem nas sentenças produzidas pelos falantes e são facilmente reconhecidas como sendo da língua.

O falante nativo, por trazer consigo o léxico interno da língua, e o seu conjunto de possibilidades, daquilo que é possível de ser combinado, ou não; do que pode ser construído, ou não, em dado momento de comunicação pode ele criar novas lexias que atendam às suas necessidades de expressão consoante o contexto e os paradigmas lexicais no processo de formação de um novo item lexical (RIO-TORTO, 1998: 60).

Em 1970, Chomsky publica *Remarks on Nominalization* e traz a lume a Hipótese Lexicalista que busca estudar o mecanismo gerador do léxico, até então associado às regras de transformação do componente sintático da sentença. O novo item lexical produzido pelo falante não mais está sujeito a regras de transformação de base, como ocorre com a sintaxe, mas a produção lexical tem regras próprias, reconhecidas pelo falante, que é capaz de isolar uma base do seu componente derivacional e de lhe dar o sentido que de fato tem. Assim, em

(8) cajá-manga; magoar, riqueza,

o falante do português brasileiro depreende que a base composta *cajá-manga* é um todo indissociável que dá nome a um fruto e que, se decomposta em suas partes cajá/manga, trata-se de dois outros nomes que em nada guardarão significado com o primeiro. Assim, como em todo processo de composição, o fator semântico é bastante relevante: cajá-manga tem esse nome por ter sabor parecido com o do cajá e ter forma parecida com a da manga.

Quanto a *magoar*, que é ato de gerar mágoa em alguém, reconhece o falante que é verbo oriundo da base substantiva *mágoa*, com ela guardando proximidade de significado, e, quanto a *riqueza*, traz consigo a base adjetiva *rico*, à qual o falante adiciona o sufixo formador de substantivo *-eza*, de caráter abstrato.

Os estudos lingüísticos das vertentes tradicionalista e estruturalista, no tocante à morfologia, se prendem a processos de descrição e de estrutura da formação de palavras, diferentemente da vertente gerativa que busca dar conta da competência criativa do falante nativo na produção de novas lexias, quando é capaz de aplicar Regras de Formação de Palavras (RFPs) e de restringi-las, além de poder interpretá-las por meio das Regras de Análise Estrutural (RAEs), consoante Basilio (1980).

Entretanto, se cada RFPs tem uma RAE no léxico, nem sempre uma RAE se relaciona com uma RFPs uma vez existirem itens lexicais que não se adaptam às RFPs, ou por serem antigos na língua, e terem um componente diacrônico neles, ou por terem uma base ou um afixo não mais produtivos.

Diferentemente das demais abordagens até aqui analisadas, A Hipótese Lexicalista, adotada por Basilio (1980), não trabalha com o conceito de palavra ou de radical como o concebemos tradicionalmente, mas com itens lexicais facilmente percebíveis e que podem ser reconhecidos pelo falante. A esses itens lexicais dá-se o nome de bases, que podem ser livres ou presas.

O falante nativo de qualquer língua é detentor, por assim dizer, de “um léxico virtual” que, na medida da necessidade, vem à tona nos processos de comunicação uma vez os processos neológicos serem espontâneos e seguirem as RFPs que aquela comunidade de fala traz consigo.

Desse modo, é mais fácil ao falante reconhecer o item lexical preso *hidro-*, recorrente em *hidrofobia*, *hidrômetro*, *hidrelétrica*, mesmo sem lhe saber o real significado; ou mesmo reconhecer a base livre existente em: *terra/ terreiro/ terreno*. Importa dizer, com Basilio (1980), que o fato de o falante reconhecer uma base, livre ou presa, não quer dizer que ela esteja acessível à formação de novas lexias já que a base tem que se ater às condições de produção. Essas condições podem sofrer bloqueios de ordem paradigmática, paronômica, dentre outros, ou restrições discursivas, fonológicas e até mesmo bloqueio por inércia morfológica. (ROCHA, p. 144).

Sabe-se que o léxico se expande em camadas, isto é, de um item lexical já existente na língua, muitos outros podem ser criados por meio de acréscimos de afixos, nominais ou verbais, como ocorre em

(9) [des[nacion]al]iz][ar]ção³

de que poderíamos destacar não só a base nominal adjetiva *nacional* como também o verbo derivado *nacionalizar*, ou mesmo outro, o *desnacionalizar* e, ainda, as formas nominalizadas *nacionalização/ desnacionalização*.

No exemplo citado, ocorre mudança de classe gramatical de adjetivo para verbo e de verbo para substantivo, além da ressemantização da base com o acréscimo do prefixo *des-*.

Ressalte-se que essa mudança de classe se prende à economia lingüística e à necessidade de se usar uma base já existente na língua, com toda a carga significados e conceitos que ele contém, em uma outra estrutura que evoque esta base, mas em contexto gramatical diferente, já que as necessidades morfossintáticas motivam a criação do novo item lexical, cabendo à denotação ser a responsável pela motivação semântica no processo de criação da nova lexia (BASILIO, 1987: 13-14).

Ao tratar de formações sufixais com base livre, Rocha (p.106-109) apresenta algumas questões para formação de palavras, tais como (i) a necessidade de se ter uma base para que sobre ela incida a RFP, (ii) a explicitação de que base livre se apresente como palavra na língua e que tenha sentido próprio, (iii) e que sufixos são formas presas por serem recorrentes na formação de palavras e por não terem significado ou função própria. Porém, não há restrição quanto ao uso de uma base presa.

Em consonância com Basilio, Rocha (p. 108) faz uso da Regra de Análise Estrutural para explicar o processo de formação de novas lexias, isto é, uma vez formadas, ou a possibilidade de se formarem novas, analisam-se não só as condições das bases livres dessas formações como também quais sufixos se juntam a essas bases, pois cabem aos sufixos orientar a natureza sintático-semântica das palavras a serem criadas pelos diferentes processos de derivação.

Desse modo, para os gerativistas, não há que se falar em inventário de afixos da língua e de seus muitos significados, como fazem as gramáticas tradicionais, ou mesmo as históricas, pois os afixos adquirem significado quando

³ *nacion* é alomorfe da forma substantiva *nação*.

adjungidos a uma base, com ela interagindo no significado do novo item lexical. Assim, é a semântica da base, aliada à semântica do afixo, que não só determinarão o novo significado do recém criado item lexical, como também a sua classificação morfológica na classe de palavras.

A correspondência entre nomes e verbos, conforme já visto no estruturalismo, se faz presente no gerativismo, e de modo acentuado, com as regras de nominalização *stricto sensu*, em “associação paradigmática entre verbos e nomes, derivada de um padrão lexical geral” (BASILIO, 1980: 74) e continua a autora dizendo que “a nominalização consiste num processo de associação lexical sistemática entre nomes e verbos” (id.et ibid.).

O falante nativo concebe a língua e sabe que pode usar palavra de uma classe gramatical em outra, levando com essa palavra toda a gama de significados que ela contém, em uma estrutura gramatical que exige uma outra forma de construção:

(10) a *plantação* de arroz morreu

(11) a *plantação* de arroz continua

(12) o *plantar* arroz continua

Em (10), *plantação* refere-se, concretamente, a um conjunto de plantas-que foram plantadas- e que morreram. Já em (11), percebe-se que *plantação* é ato de plantar, só que tal ato não se faz representar morfológicamente por verbo na estrutura sintática, mas por uma forma nominalizada do verbo, sendo essa forma nominalizada o agente da ação verbal *continua*; e, em (12), vê-se o verbo na sua forma infinita *plantar*, sem o agente da ação verbal e, ademais, determinado, quanto a gênero e a número, por um artigo que, gramaticalmente, se antepõe a substantivos, e não a verbos.

Em sendo assim, se cabe ao artigo determinar substantivo, tem-se, então, um substantivo no lugar do verbo *plantar*, que é a sua forma nominalizada *plantação*, que suporta a determinação de gênero e de número dada pelo artigo.

Por isso, a sentença (12) ressoa estranha, e intuitivamente, surge a necessidade de se colocar, logo após o artigo definido, masculino, singular *o*, o nome substantivo *ato*, que passa a ser o agente da ação verbal *plantar* e, dessarte, o núcleo sintático do sujeito: o *ato* de plantar arroz continua.

Mesmo com esses mecanismos de ajustes sintáticos, a sentença não soa bem, e o falante parte para a estrutura nominalizada, como em (11), por ser ela a forma gramatical mais reconhecida e mais adotada na língua portuguesa.

Rio-Torto (1998: 60) faz diferença entre morfologia derivacional, que seria, grosso modo, o conjunto de itens lexicais da língua que podem receber afixos, e formação de palavras, que seria um conjunto mais amplo no processo genlexical, uma vez a sistematicidade de criação nome/ verbo e verbo/ nome, dentre outros, não ser aleatória, isto é, na criação de um novo item lexical, as bases selecionam os afixos que a elas se agregarão, em consonância com regras morfológicas que possam identificar as possibilidades de combinação entre bases e afixos; os processos semânticos que motivam a junção bases/ afixos e os processos e regras sintáticas que levam à nominalização das bases.

E, por fim, há que se ter em conta que a formação de palavras não considera tão-somente a mecanicidade linear da adjunção base/ afixo, mas também os fatores semânticos, que vão para além da estrutura sintática, e os sintáticos, que motivam o falante a usar essa e não aquela forma lexical, seja ela verbal ou nominal.

2.5

O sufixo verbal *-ar* nas abordagens apresentadas

Para os estruturalistas, o verbo é composto de radical e de vogal temática, que o classifica no paradigma da conjugação verbal, e desinências de flexão acrescidas ao tema, que passa a ser a junção do radical com a vogal temática.

Ressalte-se que, se aos elementos mórficos *-ec*, *-ej*, *-it* cabem dar matizes semânticos de incoatividade e de repetitividade às bases às quais se adjungem, consoante ocorre em *envelhecer*, em *gotejar* e em *saltitar*, ao sufixo *-ar*, desprovido de significado, cabe tão somente mudar o substantivo ou o adjetivo para a classe gramatical dos verbos, ficando reservada à base externa o valor semântico, e não ao sufixo *-ar*, que é mero classificador do verbo no paradigma da 1ª conjugação verbal portuguesa.

Monteiro (p.134), seguindo a linha de Câmara Jr. já vista alhures, diz que, embora sendo poucos, os sufixos verbais são bastante produtivos:

Compreendemos já que nomes e verbos se associam morfologicamente, de tal modo que em geral todo nome corresponde a uma base verbal ou vice-versa. Assim sendo, o processo de derivação verbal é o mesmo da derivação nominal.

O autor (id.et ibid.) trabalha com a hipótese de um morfema zero (\emptyset) na formação de verbos denominais *-ar* em que não haja sufixo derivacioanal entre a base e a vogal temática do verbo como ocorre no par *flor/ flor \emptyset ar*, diferentemente do que ocorre no par *flor/ florejar*, em que *-ej* é sufixo derivacional de base verbal, uma vez a análise mórfica dissecar o *-a* como vogal temática classificatória de verbos da 1ª conjugação e *-r* remeter à forma infinitiva do verbo.

Contudo, os normativistas Cunha & Cintra (p.100) dizem que, por questões didáticas, é preferível considerar como sendo sufixo verbal todo o conjunto: *-ecer*, *-ejar*, *-itar* e não suas partes decompostas, como é de se esperar: sufixo + vogal temática + sufixo de infinitivo, uma vez ser o conjunto o responsável pelo matiz semântico do verbo. Ter-se-ia, morfologicamente nesse processo de formação, uma base verbal à qual se acrescentam vogal temática e desinência (-s) de infinitivo ou flexionais.

Registre-se que Monteiro (p. 83) dá a mesma fórmula de Câmara Jr. (1984: 104) para a estrutura do verbo em português:

$$V = T (R + VT) + SF (SMT + SNP)$$

em que o tema é composto do radical acrescido da vogal temática, ao qual se acrescentam os sufixos desinenciais de infinitivo, classificadores do verbo no paradigma flexional da conjugação em que se enquadra, os de modo/ tempo e número pessoa que, juntos, e nessa ordem, designam a forma verbal, se finita ou infinita.

Já o historicista Coutinho (p. 273), e Silva Neto (p. 240), acentuam que as quatro conjugações verbais do latim clássico se reduziram a três conjugações verbais no latim vulgar, que darão origem às três conjugações verbais do português, e é a 1ª conjugação que se mantém em plena atividade de criação pelo falante, como já sóia acontecer no latim, por ela, talvez, nos dizeres de Coutinho, “apresentar formas distintas e claras, o que não acontecia com as outras”. (id.et ibid.)

Coutinho aponta a alta produtividade da 1ª conjugação verbal latina com o número significativo de 3.620 verbos catalogados nela. Por ser possuidora de padrão flexional bastante regular, havia nela verbos formados a partir de substantivos, de adjetivos, de empréstimos do grego e do germânico, dentre outros, com acréscimos de sufixos verbais a esses nomes.

Para Said Ali (p.247), os verbos que se formam no português contemporâneo são quase que exclusivamente da 1ª conjugação e se dão por formação imediata do sufixo verbal *-ar* ao radical, sendo que os de formação mediata, com acréscimo de elemento formativo – *izar*, *-ear*, *-ejar*, *-ficar* também são da 1ª conjugação verbal, mas em menor quantidade, acrescentados a uma base nominal temática, como em got (a) *ejar*, ou mesmo aтемáticas como em *nacionalizar*.

Cabe ressaltar que elementos formativos são sufixos que se acrescentam a um ou mais vocábulos já existentes na língua com o intuito de se criarem outros vocábulos derivantes “que adquirem sentido novo, referido conteúdo ao significado da palavra primitiva” (p.229). Percebe-se claramente, pelos exemplos do autor, que tais elementos formativos já aparecem acrescidos da vogal temática *-a* dos verbos de 1ª conjugação e da desinência *-r* de infinitivo, em consonância com o que Cunha & Cintra (1985) afirmam, o de terem, tais verbos, uma base derivada, conforme visto no subtema 2.1 desta dissertação.

Já os verbos em *-ar*, continua Said Ali, “nada oferecem de extraordinário” (p.229) quanto ao processo de formação se derivados de adjetivos em *-ante*, *-ente*, *-ento*. É possível que esse ‘nada de extraordinário’ assim o seja pelo fato de a formação da grande maioria dos verbos em português contemporâneo se dar pelo acréscimo imediato do sufixo verbal à base nominal que lhe dá origem.

Contudo, os autores consultados, sejam tradicionalistas, sejam estruturalistas ou mesmo os da linha histórica, afirmam que verbos formados em português contemporâneo o são por acréscimo de sufixo verbal, dentre eles *-ar* e, portanto, como se trata de formação de palavra nova na língua, o processo não é flexional, mas derivacional, o que só ocorre com o acréscimo de sufixo verbal.

Para a morfologia de base gerativa, o sufixo verbal *-ar* é bastante produtivo no português e pode ser adicionado a uma base livre, extraíndo dela o seu significado que será transportado para uma relação de ação, processo ou estado. Entretanto, essa relação intrínseca nome/verbo é uma via de mão dupla: de

um verbo pode-se ter um nome; ou de um nome morfologicamente básico, um verbo.

Ao tratar do processo de formação de verbos no português, Rocha (p.86-93) chama a atenção para o processo de lexicalização, que está relacionado a irregularidades morfossemânticas e sintáticas das bases, de cunho diacrônico, o que muitas vezes torna-se um entrave às RAEs pelo fato de muitos verbos não apresentarem forma lexicalizada.

Porém, ainda que muitos verbos se apresentem lexicalizados, essa forma lexicalizada pode não ser conhecida por determinado grupo de falantes da língua, e Rocha (id. et ibid.) dá, como exemplo, o verbo *lenhar*, derivado da base nominal *lenha*, outrora bastante utilizado, ficando a base nominal *lenhador* sem o verbo a ela correspondente na língua.

Analisando um conjunto de palavras formadas por sufixos no português, Villalva (p.47) chama a atenção para o fato de sufixos se “associarem a radicais, temas ou palavras” que sejam semanticamente interpretáveis, e acentua a noção de uma base não ser uma palavra.

Então, desse ponto de vista, radicais seriam as formas bases às quais se juntariam os índices temáticos dos nomes (-a, -e, -o) ou as vogais temáticas dos verbos (-a, -e, -i) e, com a junção de ambos, radicais e índices temáticos/ vogais temáticas, surgiria o tema, verbal ou nominal. Por fim, surgiria a palavra quando ao tema se adjungisse a flexão morfológica. Assim, em *cantar*, tem-se o radical verbal *cant-*, o índice temático verbal *-a*, que formaria com o radical o tema verbal *canta-*, e *-r*, a flexão morfológica de infinitivo.

Desse modo, a estrutura morfológica do verbo seria, segundo Villalva (p. 120):

[[[cant]_{rv} [a]_{vt}] tv [r]_{fm}] v. inf.

em que o tema verbal é a forma selecionada pelos processos de flexão, pois “a forma da base é o tema verbal”, onde a flexão atua (p.110).

Contudo, para a autora, os sufixos verbais tanto podem se agregar a um radical quanto a uma base, e cabe à vogal temática da base selecionar os tipos de sufixos, sendo a vogal temática da 1ª conjugação sempre *-a*, ocorrendo variação da vogal temática nas demais conjugações verbais do português (p.121).

Se a vogal temática é componente da base, poder-se-ia ter, então, não um processo de derivação de verbo a partir do nome, mas de conversão do nome temático *-a* em verbo de índice temático *-a* de 1ª conjugação, com o acréscimo de desinências flexionais de modo/ tempo e número/ pessoa.

Assim, ter-se-ia, pela proposta de Villalva, duas possibilidades, quando da formação de verbos de 1ª conjugação:

(13) açúcar + *ar*

(14) agenda + *r*

Na proposta (13), à raiz nominal *açúcar*, por ser desprovida de índice temático (*-a*, *-e*, *-o*), se adjungiria a vogal temática verbal *-a* de forma imediata, que formaria com o radical *açúcar*, a base *açucara-*, que estaria, dessarte, pronta a receber a desinência de infinitivo, ou mesmo as desinências verbais flexionais. Seria, então, uma derivação.

Em (14), o nome *agenda*, provido de índice temático *-a*, seria uma base à qual se acrescentaria, apenas, a desinência *-r* de infinitivo havendo, pois, uma conversão de nome a verbo, o que leva a crer que a desinência *-a* seria tanto vogal temática nominal quanto verbal, em um acúmulo de funções: ora se relacionaria às flexões nominais, ora às flexões verbais.

É uma possibilidade que destoa dos padrões derivacionais, mormente quando o nome base não for atemático, conforme exemplificado em (i), e for desprovido de vogal temática *-a*, como, p. ex., em

(15) muro/ murar,

em que se dá a supressão da vogal temática nominal *-o* e o acréscimo da vogal temática verbal *-a*, formando com o radical *mur-* a base verbal *mura-*, pronta para receber as flexões verbais de modo/ tempo e número/ pessoa.

À exceção de Villalva, e com ressalvas a Rio-Torto, todos os autores consultados, das mais diferentes abordagens, aceitam *-ar* como sufixo verbal derivacional no português. E nenhum deles aventa a possibilidade de a vogal temática verbal *-a* poder sofrer crase com a vogal temática nominal *-a* quando do processo de formação de verbo denominal como ocorre em:

(16) *lança/lançar*.

Desse modo, a possibilidade de a vogal temática *-a*, que aparece tanto no verbo *lançar* como no substantivo *lança* ser morfema *portmanteau* está descartada uma vez ambas as vogais temáticas terem naturezas divergentes, isto é, a vogal temática do verbo tem a função primeira de introduzi-lo nos paradigmas da flexão, quando ganhará noção de tempo, de aspecto, de pessoa e de número, ou seja, poderá ser conjugado, cabendo à vogal temática nominal preparar o nome para receber sufixos.

Embora a língua portuguesa não seja morfológicamente baseada em casos, e o nome não necessitar de uma vogal temática que o insira nos paradigmas da flexão nominal - primordial para a sintaxe -, a vogal temática nominal passa a ter uma função secundária, que é a de, em tese, preparar a base/ tema para receber sufixos derivacionais.

Em outras palavras, tem-se, em português, nomes temáticos e atemáticos, quando no singular, como já dito antes, e verbos temáticos de 3 conjugações distintas. O modo como se dá o processo de sufixação é que varia de acordo com a base: para os atemáticos, em princípio, agrega-se o sufixo diretamente à base e, para os temáticos, há regras próprias da gramática interna da língua que todo falante nativo conhece e sabe aplicar quando produz um novo item lexical